A HISTORIA A SER APRENDIDA

Por Alexandre Barbosa*

Quando o escritor colombiano Gabriel García Márquez escreveu Cem anos de Solidão ele se referia, entre outras idéias, ao isolamento histórico do povo da América Latina, sempre excluído de ser sujeito da história. Tese reforçada pelo artigo do professor de sociologia da USP, Emir Sader, publicado em "O Globo" (10/05/97), ao citar o provérbio africano que diz "até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão glorificando o caçador". O povo nunca aparece na História.

É preciso que se aprenda a História da América Latina. Antes, no entanto, é necessário definir qual a historiografia será adotada. Segundo Michel de Certeau, "é impossível eliminar do trabalho historiográfico as ideologias que nele habitam".(1) A pesquisa histórica é mobilizada pela localização sócio-cultural de quem a faz. Para E.H. Carr, o "historiador, antes de começar a escrever história, é o produto da história. O ponto de vista que determinou a abordagem do historiador está enraizado no background social e histórico do pesquisador".(2)

Segundo o historiador Júlio José Chiavenato, "uma das características básicas da historiografia oficial é negar ao povo qualquer participação profunda nas mudanças da sociedade".(3) A partir daí são construídas as supostas idéias dos grandes heróis nacionais e dos baderneiros, dos defensores dos interesses do Brasil e dos que querem destruí-lo, dos mantenedores da ordem, da paz e da família e dos que querem vendê-lo ao terrorismo internacional. Apoiadas na mídia - entendida desde a carta de Caminha até os modernos jornais de hoje - as elites conseguem escrever sua própria história.

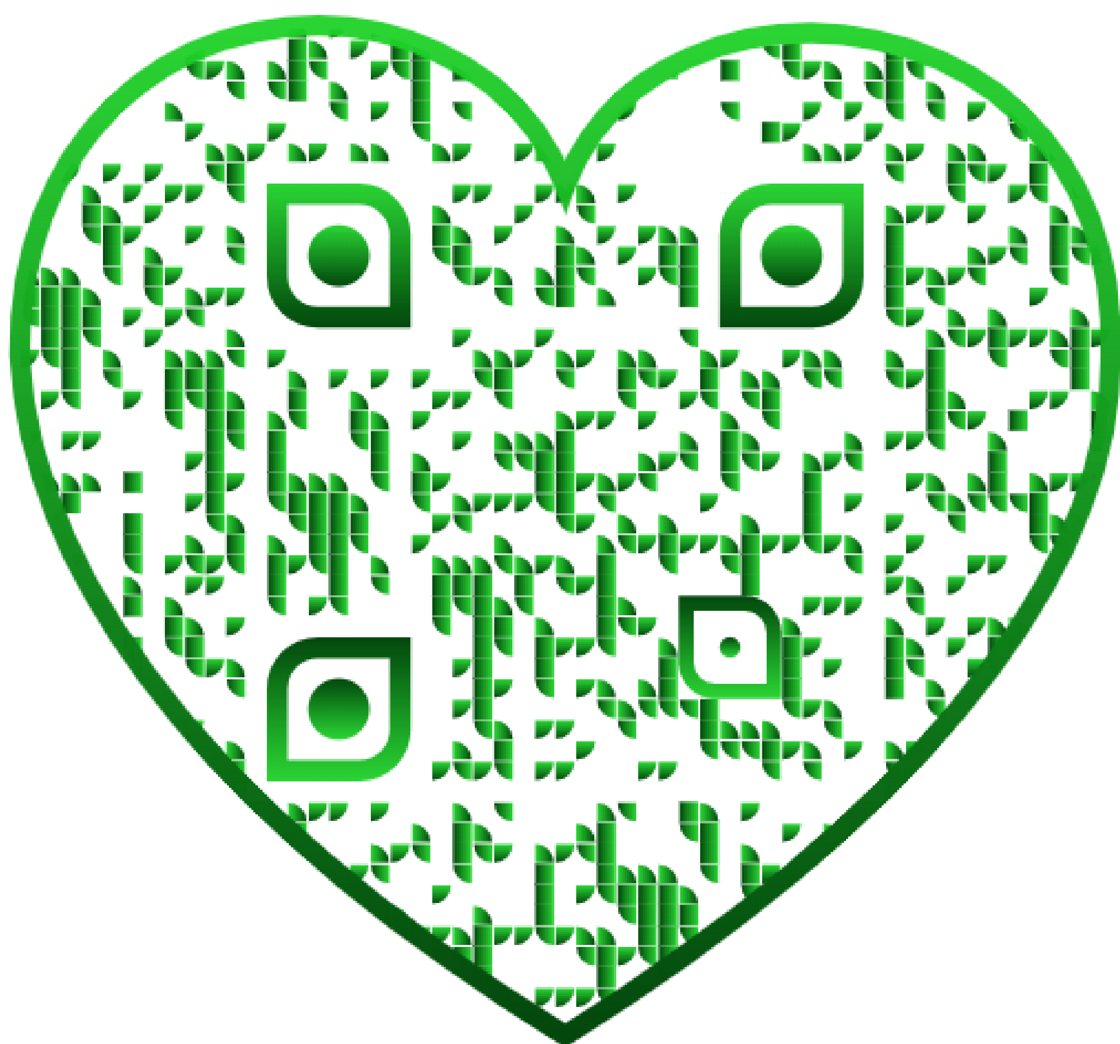
O interessante é alagar o horizonte da História e incluir aqueles que foram excluídos pela historiografia. "Somente hoje tornou-se possível, pela primeira vez, até mesmo imaginar um mundo inteiro consistindo de pessoas que, no sentindo mais completo da palavra, entraram na história e tornaram-se o interesse, não mais do administrador colonial ou do antropólogo, mas do historiador".(4)

É preciso compreender que há dois tipos de interpretações históricas. Aquela ensinada nos livros primários e depois aprofundada com documentos, objetos históricos e interpretações de pesquisadores, ensinadas nos cursos médios e até superiores. Reverberada em jornais, revistas e programas televisivos, são escutadas nas datas nacionais, esculpidas em placas nas praças públicas, repetidas em conversas de bar e, o pior, publicadas nos livros e divulgadas nos filmes. "Quando se pega um trabalho histórico, não basta procurar o nome do autor na capa do livro: procura-se também a data de publicação ou em que época foi escrito - às vezes é inclusive mais revelador. (...) A história começa com a seleção e ordenação dos fatos pelo historiador".(5)

Há, como lembrou Sader, a história dos leões caçados. Que surgem em polêmicas como no 21 de abril, no 7 de setembro ou quando filmes como Canudos ou O que é Isso Companheiro? vão às telas e depois caem novamente no esquecimento geral e ficam confinadas a casos raros como os já citados Chiavenato e Emir Sader ou ainda José Arbex Jr. e Maria Helena Senise no "Cinco Séculos de Brasil" (Editora Moderna).

As histórias de caçadores são várias, e tão fixadas no imaginário, que pegam desprevenidos até os próprios professores, a quem supostamente seria obrigatório o conhecimento de, pelo menos, apresentar a versão do caçador e a do leão. No entanto, as precárias condições de ensino no país e a própria força da História oficial, aumentam o número de profissionais despreparados para ensino de História.

Exemplos não faltam. Começa com o próprio nome do continente. Quantos se perguntam porque esta faixa de terra se chama América e não Colômbia, já que seu descobridor foi Cristóvão Colombo e não Américo Vespúcio. A historiografia oficial é simplista e diz que foi em homenagem a Américo, o primeiro a admitir que as terras eram um novo continente. Mas esta explicação não mostra a complexidade do caso. Dizer que a América era um novo continente era trair a Igreja, que pregava o mundo como uma massa de água com apenas a Europa, a Ásia e África. O novo continente, de acordo com José Arbex, significava também "a abolição do velho mundo bíblico", característica marcante dos séculos XV e XVI. São estes tipos de histórias que pegam de surpresa historiadores e professores, com o enorme risco de perpetuar sempre a visão fantástica e entusiástica dos fatos e de indivíduos. "Desde que nos estágios iniciais do capitalismo as unidades de produção e distribuição estavam em grande parte nas mãos de indivíduos isolados, a ideologia da nova ordem social enfatizou fortemente o papel da iniciativa individual na ordem social. (...) O desejo de colocar o gênio individual como a força criadora da história é característico dos estágios primitivos da consciência histórica".(6) Carr cita como exemplos as teorias que afirmam ser o comunismo obra do "cérebro" de Marx, a Revolução Bolchevique conseqüência da estupidez de Nicolau II ou as duas guerras mundiais como perversidade de Guilherme II e Hitler. Na América Latina outras histórias se multiplicam.



É a história de D. Pedro de uniforme militar, cavalo branco, cercado de soldados robustos, espada levantada, proclamando a independência. Já é de conhecimento geral que o futuro imperador estava montando numa mula, de ceroulas e acometido de uma disenteria que o fazia parar a tantos minutos. É a história de que Canudos não passou de um bando de fanáticos liderados por um lunático que odiava a República e que queria reinstalar a Monarquia. Não se fala do massacre do Exército Brasileiro, da organização social de Canudos e muito menos das condições histórico-sociais do Nordeste. É a história de que Palmares era um quilombo formado por escravos foragidos que foi destruído por um bandeirante. Mas dificilmente se fala da comunidade estabelecida em Palmares, resistente, como Canudos, a diversas ofensivas militares. É a história da Guerra do Paraguai, gloriosa para o Brasil, colocando Caxias como grande figura histórica, herói nacional, nome de rua, praça e avenida, merecedor de estátuas. Poucas vozes se erguem para falar do massacre do povo paraguaio promovido por Brasil e Argentina, patrocinados pela Inglaterra. É a história, recente, de que os que resistiam à Ditadura Militar eram terroristas, financiados pelo comunismo internacional e que queriam transformar o Brasil num Soviete Assassino, comedor de crianças destruidor de famílias e lares e, por isso, deviam ser perseguidos e mortos. Aos que se julgam esclarecidos isto pode parecer besteira, mas ainda é aceita a idéia de que a polícia deve reprimir as greves, para manter a ordem. Quem defende a intervenção da polícia numa greve de petroleiros, numa passeata de estudantes, numa ocupação de sem terra ou numa greve de caminhoneiros não deve se enfurecer porque o DOI-CODI torturou até a morte um quadro da ALN (Ação Libertadora Nacional). O argumento é o mesmo.

É preciso ficar claro que, mais que a roupa usada por D. Pedro ou a circunstância em que aconteceu a proclamação, o importante é a ausência do povo neste processo histórico. A independência do Brasil, ao contrário de outras nações, foi um pacto de elite: o poder passou da Coroa Portuguesa para a aristocracia criada por ela no Brasil. Não houve uma guerra de independência. O processo não se rompeu. A escravidão não acabou, o Brasil continuou dependente de Londres e tecnologicamente atrasado. A historiografia não deve apenas criticar o quadro de Pedro Américo como um embuste, mas deve apontar o processo de independência formal política de Portugal passando para dependência do capital inglês, e também evidenciar que a Proclamação da República, a queda de Vargas, o fim da Ditadura, tudo não passou de pactos de elite. Apesar das enormes pressões populares ocorridas, por exemplo, no final da Ditadura Militar, a forma que o governo passou dos militares para os civis foi da maneira menos traumática possível transformando Tancredo Neves em um mártir nacional.

Mais do que compreender os verdadeiros motivos da Guerra de Canudos é preciso enxergar a maneira como o Exército se livrou de seus opositores, cortando a cabeça de Conselheiro, já morto, e expondo-a, como maneira de intimidação. O massacre cometido em Canudos é visto como glória no monumento erguido em frente ao Quartel General da Polícia Militar de São Paulo, na Praça Cel. Fernando Prestes. Mais de cem anos depois não mudaram os métodos das "milícias estaduais", transformadas em polícias estaduais. A imprensa continua a noticiar chacinas em favelas, blitz transformada em sessões de tortura e todos assistem da mesma forma que os leitores de Euclides da Cunha: à distância, com desprezo.

Mais do que explicar a existência de Zumbi, a historiografia precisa contar da avançada organização do Palmares. Enquanto a elite acabava com o solo do Nordeste com a monocultura de cana-de-acúcar, os negros do Quilombo plantavam algodão, milho, mandioca, feijão, legumes, batatas e frutas. Era dividido em repúblicas, com "organização política e econômica apoiada na experiência tribal africana para estabelecer formas de governo". Talvez o medo de que organizações como essa, muito superiores aos dos brancos ocidentais, assustassem tanto as elites que estas promoveram massacres dos quilombos e deixaram aos seus descendentes a imagem da sub-raça. "Durante quatro séculos, os negros foram tratados como mercadoria, grande parte da historiografia acabou retratando o negro como ser passivo, disposto a aceitar o seu destino como o gado a caminho do matadouro. Seria complicado reconhecer nele um ser humano que luta pela própria liberdade e ainda assim justificar a escravidão". (7)

O mesmo raciocínio pode ser aplicado à Guerra do Paraguai. Não basta refutar a versão oficial de glória do Exército e mostrar o massacre cometido na população do Paraguai. É preciso compreender que o exemplo do Paraguai precisava ser extirpado, afinal era um país que tentava se desenvolver por vias próprias, fora da bolha econômica da Inglaterra. Nada mais fácil do que pintar um ditador, mostrar suas crueldades e formar uma aliança internacional para promover a ordem e interferir em um país que, supostamente, "invadiu fronteiras". O castigo: extermínio da população, quebra das indústrias, envenenamento da água, destruição das plantações. Este parece ser um filme repetido várias vezes. As intervenções em Cuba, Iraque, Iugoslávia, Colômbia, Granada, Vietnã, Coréia, Nicarágua e tantos outros tiveram a mesma justificativa. Apenas troca-se a Inglaterra pelos EUA ou pela OTAN e está o mesmo discurso. Todos tiveram seus destinos decididos em gabinetes presidenciais e ganharam a benção da comunidade internacional. E, em muitos casos, mesmo após os massacres

da guerra, a falsa imagem de que nada aconteceu ganha manchetes e telas. Da mesma forma que na Macondo de Cem Anos de Solidão, quando a companhia bananeira matou mais de três mil e para todos nada aconteceu, a TV mostra que ninguém morreu no Iraque, que não havia tortura no Brasil e que não há desaparecidos políticos.

O romance de García Márquez ganha cada vez mais realidade de maneira assombrosa quando se lê hoje parte da historiografia que caracteriza todo o movimento de resistência como coisa de inconseqüentes, de jovens utópicos, de sectários, de adolescentes embalados por crenças pueris, que entre uma cerveja e outra resolveram seqüestrar um embaixador, ou assaltar um banco e, de quebra, fazer a revolução. São livros, filmes e reportagens que mostram jovens imberbes segurando metralhadoras ao som de canções de protesto, com os olhares perdidos como se não soubessem o que faziam, liderados por velhos comunistas remanescentes da Intentona. Ora, aceitar que toda a resistência não passou de uma aventura inconseqüente, que eles não sabiam o que faziam é ser tão cego quanto foram os habitantes de Macondo que juravam que nada aconteceu na cidade ou como os que acreditam que não houve mortos no Iraque. As feridas da ditadura militar são muito recentes para deixar tudo na lata de lixo da história.

É evidente que o resultado deste trabalho não resolverá todos os problemas de cobertura internacional sobre América Latina, porém um dos objetivos gerais é, justamente, promover o debate nos cursos superiores de graduação em jornalismo sobre os programas curriculares envolvendo História e Política Internacional na América Latina. Também é um objetivo geral que o próprio jornalista se questione sobre sua formação acadêmica e passe a dar mais valor nas questões ligadas à América Latina. Dessa forma, o objetivo final será melhorar, para aqueles que se sentirem atingidos por essa pesquisa, a qualidade da cobertura internacional sobre a América Latina, conseqüentemente, a do Brasil.

As oportunidades para se reescrever a história estão postas. Porém, mais urgente do que recontá-la é não permitir que novas versões de caçadores se perpetuem a partir de fatos do presente. Não permitir que episódios como Eldorado dos Carajás, Corumbiara e índio Galdino se confundam como atos isolados de minorias que reclamam sem razão. Se o ritmo da historiografia oficial não for interrompido, não faltará quem afirme quem em Eldorado e Corumbiara não morreu ninguém, que o índio foi queimado por brincadeira, e, de maneira trágica, se cumpra a sentença fatal de que as estirpes condenadas a quinhentos anos de solidão não tenham, definitivamente, outra chance sobre a terra.